

## Três chamadas para uma complexidade

Cristina Ribas

### Imaginar

Caminho pensando no tempo da vida neste lugar/espço descendo e subindo as escadas entre os andares do curvilíneo bloco, onde antes se podia ter um escape para fora e agora tijolos de seis furos cobrem a vista por baixo do cimento espesso. O interstício vertical que prolonga a observação do percurso meio que perde a função na origem reificada. Como eu introduzo uma conversa por sobre essas camadas sujas da escadaria que leva do vão livre aos andares superiores? São os moradores que sobem e descem com mais intimidade do que eu, mesmo que eu tenha observado detalhadamente a espessura das linhas feitas nos idos da década de 40. Não só aquelas linhas precisas entre espaços fazendo paredes (os desenhos do arquiteto) como as rasuras que cobrem o palpável objeto de duplo apavoramento e maravilhamento refeito Pedregulho. Realidade visível e realidade projetada.

Quem chega ao Pedregulho estudando seu passado surpreende-se e pode apavorar-se. Digo aqueles que nunca foram, mas muito imaginaram a arquitetura desenhada para um infinito de tempo e uma obsessão de controle das formas... O modernismo forjava uma imaginação de futuro que agora se vê rasurada na textura da tropicalidade, da umidade e do tempo que desgastam o cimento e o ladrilho amarelo ocre das paredes... Foi nas fotografias coloridas de Mara Carvalho (moradora do edifício principal), feitas com câmeras descartáveis de 35mm como parte do projeto de Katerina Dimitrova e Jarbas Lopes (os primeiros residentes) que essa evidência apareceu para mim: embate da edificação com o ambiente, mesmo que a unidade arquitetônica insista na identidade principal do Pedregulho, aquela curva monumental sobre um morro, difícil de desfazer...



Não olhando para o Pedregulho mas estando dentro dele, no corredor do subsolo, no Komplexo Kultural, no apartamento 613, na rampa da Escola, diante do Posto de Saúde deteriorado ou em outro lugar, tendo ao lado a planta geral do complexo, as fotografias em preto e branco das maquetes, textos de Carmen Portinho, pensei que a visão da “realidade” nada mais é que o que vemos mais o que projetamos sobre ela. Concorrem na realidade-projeção visões pragmáticas, matemáticas, poéticas... Concorrem transposições e tempos. Concorrem saberes naquele lugar tornado comum. Assim com a passarela sobre o Aterro do Flamengo, que leva do Centro do Rio àquela praça bem em frente ao Museu de Arte Moderna, ambos projetos de Affonso Eduardo Reidy. Assim com o Pedregulho: há quem admire o cálculo matemático, pontue a fidelidade dos modos políticos, há quem não entenda os módulos da construção e a fenda deixada para a dilatação do concreto. Mais que o nome do morro ou mais que a tentativa de aliar a estranheza do nome à imagem do Minhocão, Pedregulho me faz ver um conglomerado, uma farinha de tantos materiais, feita mesmo de gente, e cheia de vidas como goma que sustenta cheiros, intimidades, heranças e aberturas para um incerto futuro do tempo e futuro da vida que o futuro moderno não fora jamais capaz de condicionar. [1]

Há duas casas ou mais, talvez. Observo desenhos feitos nas oficinas do Kaza Vazia, na segunda residência. Um se parece mais com a idéia de casinha, dois ou três cômodos, uma tinta azul de pincelada larga, de telhado “v”. Outra se parece com o Pedregulho ou com o que se convencionou pensar que é: uma textura de ortogonais regular com frisos como para-sóis atravessa toda a extensão do papel. Porém, a escada que conecta andares na sua desviação pela perspectiva faz parecer um surrealismo onde nada disso poderia ser. Ali eu paro, e percebo a sutileza nas formas de representar a moradia, arrebatamento ao fazer trabalhar um olhar que observa simultaneamente a articulação política instituinte de uma funcionalidade aliada ao progresso e a um possível comunismo e a representação sensível da própria casa, moradia em si, espaço para a vida.

## **Coletivar**

No deslinde do tempo do habitar um apartamento no prédio do bloco A, o Minhocão, o projeto de residência artística se torna reconhecer um movimento de memorização do projeto moderno por diversos vetores (privado, estatal, autônomo) e avaliar desde nosso lugar os modos como isso pode acontecer: que é que trazemos para o presente como herança desse período? A memorização sem dúvida requer seleção e reativação de diversas verdades que tecem a trama complexa do Pedregulho. Entender que o ponto inicial é não buscarmos uma utopia congelada nem vias de reproduzi-la ao modo vanguardista, e sim os seus contratempos. Aportar o que temos como próprio, a criação, e elaborar perguntas em direção àquela coletividade e às demais em formação, observando de que forma não nos perdemos nos desvios incansáveis das formas de captura, mas encontramos o tino da colaboração: há uma comunidade no Pedregulho, a mesma que estranha a chegada dos artistas, que espera a presença do Estado ou que a desconhece, e, talvez, a mesma que se envolve.

Para tornar possível adentrar os desafios do Pedregulho nos parecia mais do que fundamental coletivar um debate e uma aproximação, não fazendo desta uma residência apenas com artistas num sentido limitado do termo, mas considerando profissionais íntimos tanto da construção como da atual situação - como por exemplo a pesquisa incansável realizada por Helga Santos da Silva - que pudessem colaborar nas novas construções poéticas. [2] Se por um lado nossas experiências anteriores em arte nos intimavam a pensar “o que pode a arte neste tramado de vetores?”, precisávamos aliar também iniciativas potentes que interatuam com políticas urbanas e habitação de interesse social no Brasil, como o grupo Chiq da Silva [3] e o arquiteto Markito Fonseca, com experiência em diversos projetos de habitação social no Rio de Janeiro; assim como incorporar profissionais cuja experiência transitória em campos de atuação complementares fosse bastante do motor deste projeto e de ativações no campo da arte relevantes para pensar o espaço

urbano como território de ocupação. Pontuo a participação de Marisa Flórido e Paola Berenstein Jacques, por exemplo.

A complexidade impressa na concepção do projeto do Conjunto Prefeito Mendes de Moraes como unidade habitacional inserida em uma “máquina de morar” se estende até hoje aos complicados entraves políticos herdados tanto da extinção do Estado da Guanabara (refeito no Distrito Federal) como da ausência de políticas de gestão de habitação de interesse social no Brasil. [4] De fato, no atual governo do Brasil são levadas a cabo uma série de leis que correm no Planalto (algumas vetadas ou não) e Medidas Provisórias que procuram agilizar e resolver o déficit habitacional no Brasil. [5] Como está bem explícito no Estatuto das Cidades, publicado em 2005, a ausência de políticas públicas habitacionais é um precedente fácil para a ocupação irregular; e isso não se refere apenas à moradia na sua unidade, mas refere-se a um pensamento sobre a cidade como território comum - finalmente colocado na forma da lei na Constituição de 1988. Em função do não planejamento das cidades não é à toa que atualmente é preciso defender o direito a elas como direito aos serviços ou equipamentos urbanos que são nada mais que direitos civis.

O Pedregulho, implantado em um terreno federal, pode-se dizer que até hoje “espera” a solução pública primeiro desta regularização fundiária assim como a possível titularização dos apartamentos, até hoje ocupados por meio de títulos de posse (não que os moradores não tenham encontrado formas de flexibilizar a moradia, tanto por comércio como por aluguel...). Mas quem espera de fato? Por um lado existe o desejo por parte dos moradores de obter a titularidade, ou seja, a propriedade dos imóveis; e por outro existe um projeto de restauro que vem na cola da patrimonialização, já feita pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Com isso cabe elaborar questões que vão além do projeto de arte, mas que são sem dúvida subsídio para seu acontecimento. De que forma será conduzido o projeto de restauro do Pedregulho? De que forma os moradores estão sendo informados dessa intenção? E o que muda na vida diária dos moradores com a realização disso? Como o projeto de restauro e a titularização se aliam aos demais projetos fomentados pelo governo federal quando da criação do Ministério das Cidades? Como se integram a planos diretores e políticas habitacionais no Rio de Janeiro?

## **Desejar**

No final de semana de encontro com o grupo Frente 3 de Fevereiro tivemos um debate intenso sobre o que pode ser atuar no complexo, antes, artisticamente. Naquele momento o grupo promovia uma série de ações no Morro Santa Marta e realizava entrevistas com pesquisadores e ativistas de movimentos sociais abordando temas como racismo, democracia racial e exclusão. A pergunta que nos cabia como organizadoras do projeto seria: de que forma a residência artística promovia ali mesmo no Pedregulho uma ativação das questões que interessa ao grupo fomentar? Nos idos do debate percebi que informar a comunidade do Pedregulho da articulação ampla – considerando pensamento e ação era o mínimo que se deveria fazer como requisito para acontecimento da “residência”. “Informar” sem dúvida tomaria as formas de uma criação artística, que tivesse inteira a intenção de fazer pensar as condições de sociabilidade não só no edifício, mas na cidade do Rio de Janeiro. Por aí se descobriu o regime de controle sob o qual viviam os primeiros moradores e se pôde observar de outra forma a atualidade dos costumes no Pedregulho. A criação de um dispositivo relacional pautado em imaginação e conversa (sob o olhar inescapável de uma câmera de vídeo, é claro), trouxe ao “Pedregulho” as estratégias de controle social em voga na cidade, tanto na cidade oficial como nas periféricas... Assim que a determinação de um pressuposto artístico não poderia existir sem a maleabilidade de uma atualização: é preciso saber onde se está e direcionar o desejo equacionado com aquelas vozes.

Se por um lado podem ser empreendidas críticas sobre a intenção dos gestores públicos em aprovar um projeto como esse, relacionando-o a exemplos de processos duros de recuperação de áreas turísticas, sítios históricos e por aí afora, tomando-o como captura ingênua, essas críticas devem colocar-se ao lado (ou dentro) do acontecimento da residência artística e nos ensejos do que perpassou. Num modo rápido de dizer, a crítica do projeto como iniciativa apaziguadora de conflitos poderia ser tomada da mesma dimensão longínqua que observa as projeções de uma economia imaterial (imagem da recuperação simbólica como feito político ou para fins de lucros privatistas), quando antes o que se precisa é mesmo experimentar. Algo que agora me vem claro é a necessidade de imaginar além do sistema, colocando uma complexidade em funcionamento e movimento, e nesta operação posicionar-se diante dos diversos vetores de forças, ou atores de interesse no projeto de memoração, definindo modos políticos de agir. Assumir a complexidade ao conhecer os entraves e as urgências do Pedregulho é antes de tudo entender o projeto político do prédio sem retirar os elementos que o intensificam – aportar o íntimo e zelar pelas esferas de resguardo do público como direito, garantir aquele conforto e intimar uma comunidade que não pode ser tratada como areia de pedregulho...

#### Notas

[1] Os primeiros moradores foram submetidos a regras, um regulamento que proibia ter animais, plantas no corredor e mesmo ocupá-los para lazer, entre outras normas. Muitas regras foram extrapoladas e hoje se pode observar desde modificações estruturais sutis nos apartamentos a apropriações do espaço externo por parte dos moradores. Uma modificação drástica na estrutura foi o fechamento da concha acústica que existe no vão livre do prédio, hoje cercada por paredes que conformam uma igreja local.

[2] Helga realizou uma pesquisa de campo em todos os apartamentos dos três blocos, observando a forma de ocupação interna dos apartamentos e as modificações. Sua pesquisa observou o conforto como a mais recorrente referência dada pelos moradores em relação à moradia no Pedregulho, parte dessa pesquisa está na sua dissertação de mestrado: “Arquitetura moderna para habitação popular: a apropriação dos espaços no conjunto residencial Mendes de Moraes (Pedregulho), defendida em 2006 na UFRJ, Rio de Janeiro.

[3] A Associação Chiq da Silva especializou-se em elaborar projetos de adequação para ocupações de movimentos sem teto no Rio de Janeiro. A adequação das ocupações recebe apoio do governo federal através do que se chama “assistência técnica” e provê melhorias na estrutura como água, luz, circulação, ventilação, acesso, entre outros, respaldados pela legislação brasileira que dá direito de posse aos ocupantes. Os recursos financeiros são do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social, parte de um Sistema de mesmo nome do Ministério das Cidades.

[4] O Pedregulho foi criado através do Departamento de Habitação da Prefeitura do Distrito Federal, e hoje está sob administração da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB). Tem tombamento pela Secretaria de Patrimônio do Município do Rio de Janeiro (SEDREPAH). Em 2002 foi criado o Conselho Curador Pró-restauro do Conjunto Residencial Mendes de Moraes (<http://www.cehab.rj.gov.br/pred/>), formado por diversos órgãos. Um breve debate sobre o restauro pode ser encontrado em <http://www.vitruvius.com.br/>. Atualmente um projeto de restauro está em finalização para ser licitado via Secretaria de Habitação do RJ.

[5] É importante ressaltar a criação do Ministério das Cidades em 2003 dedicado a três problemas sociais centrais das populações urbanas: moradia, saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos), mobilidade e trânsito (<http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades/historico>). Considerar a cidade democraticamente é um dos pressupostos deste Ministério, para isso é levada a cabo uma grande campanha para Planos Diretores Participativos articulada a demais políticas urbanas, como principalmente a o uso social da propriedade que privilegia antes o Direito à Moradia que o Direito à propriedade.

Texto publicado no livro-catálogo  
*Pedregulho: residência artística no Minhocão*  
Beatriz Lemos e Cristina Ribas (org.)  
ISBN 978-85-61659-04-2  
Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas / ICC, 2010